

Pão e Rosas

www.nucleopaoerosas.blogspot.com

Exigimos nosso direito ao pão, mas também às rosas!

Neste 8 de março não temos nada a comemorar. No Brasil, há 3 anos com uma mulher a frente da presidência da república permanecem os altos índices de mortes por abortos clandestinos, escandalosos casos de violência contra as mulheres e enorme precarização do trabalho feminino. Internacionalmente, já são 6 anos de crise capitalista que fazem sentir seus efeitos nas costas da classe trabalhadora e da juventude, atingindo em primeiro lugar os setores mais oprimidos como as mulheres, os negros e os jovens. Por isso, neste 8 de março é preciso se posicionar firmemente contra o governo Dilma e contra a burguesia. É preciso colocar de pé um movimento de mulheres que seja militante que lute pelos direitos das mulheres trabalhadoras e da juventude.

Por Rita Frau, Profa. da Rede Estadual de Campinas e militante do Profs, Pela Base, e Marília Rocha, Metroviária e militante do Metroviários pela Base

Um 8 de março em meio ao 6º ano da crise capitalista

Já são 6 anos de crise capitalista que atinge principalmente os países da Europa, com cortes de gastos, precarização do trabalho e ataques aos trabalhadores imigrantes. Mas a luta da classe trabalhadora se faz sentir contra esses ataques com apoio dos estudantes, como na França, onde contra a ameaça de fechamento da fábrica Peugeot SA da cidade de Aulnay os operários que estão em greve são apoiados ativamente por estudantes! No Brasil, o que Lula dizia ser uma marolinha, já demonstra seus primeiros efeitos como a desaceleração da indústria e ameaças de demissões como enfrentaram os trabalhadores da GM. Para salvar os capitalistas e garantir seus lucros Dilma ataca as mulheres e a classe trabalhadora. Além de manter as tropas brasileiras no Haiti que matam e violentam as mulheres e o povo haitiano à serviço do imperialismo norte americano. Neste contexto, nosso exemplo não é uma mulher no poder, mas as mulheres indianas que saem as ruas quebrando o silêncio da opressão se manifestando contra a violência que sofrem cotidianamente!

No Brasil, nenhum avanço nos direitos das mulheres

Após 3 anos de mandato de Dilma, sobram exemplos de que a vida nas mulheres não melhorou. A cada ano 1 milhão de mulheres realizam abortos clandestinos no Brasil. A maioria de maneira precária o que leva a morte de milhares de mulheres pobres, negras e trabalhadoras. É a quarta causa de morte entre as mulheres. Também no governo Dilma se manteve o acordo Brasil-Vaticano assinado no governo Lula, que se desmascara em um momento em que o próprio Papa renuncia mediante todos os escândalos de corrupção e exploração sexual de menores na Igreja Católica.

As promessas de construção de 6 mil creches não passaram de propaganda eleitoral. Dados do próprio governo dizem que para atender todas as crianças de 0 a 5 anos seria necessária a construção de mais 19.700 creches. Sob o governo de uma mulher, ainda milhões de mulheres carregam as tarefas domésticas como responsabilidade individual, que se configura no caso das trabalhadoras em uma dupla jornada de trabalho. A tão prometida licença-maternidade de 6 meses é utilizada como incentivo fiscal para as empresas, e na prática não existe como direito para o enorme exército de trabalhadoras precárias e informais de nosso país.

A isso se soma escandalosos casos de violência contra as mulheres, mostrando que o país continua sendo

palco de assassinatos, mutilações e estupros de mulheres, onde a polícia, órgão institucional do Estado, tem um papel escandaloso. E nem falar na política repressiva do governo federal contra os movimentos sociais, estudantis e sindicais, bem como as políticas de ataque direto à classe operária, como é o Acordo Coletivo Especial, que permite que os sindicatos dirigidos pela burocracia sindical governista negociem os direitos da classe trabalhadora.

Um movimento feminista alinhado ao governo

É por isso que depois de 3 anos de governo Dilma as feministas governistas que dirigem a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) permanecem de cabeça baixa. Quando da eleição de "sua" presidenta, aceitaram o pacto de Dilma com a bancada evangélica, rifando o histórico direito ao aborto por mais votos. Um movimento de mulheres alinhado ao governo, que milita para não mudar em nada esta sociedade capitalista. Não à toa que defendem em seu panfleto para o 8 de março "uma sociedade mais justa e igualitária, sem opressão e exploração" enquanto não denunciam o papel do governo Dilma.



Algumas até arriscam falar de "socialismo", como palavras ao vento. Ao contrário, a MMM ao se configurar como um movimento alinhado ao governo não pode dar nenhuma resposta para as milhares de trabalhadoras precárias do nosso país e nem às milhares de mulheres que morrem por abortos clandestinos. Não podem dar nenhuma resposta às mulheres haitianas que permanecem sendo estupradas e assassinadas pelas "tropas de paz" dirigidas pelo governo brasileiro.

Participamos da reuniões unificadas de preparação para o ato do 8 de março em São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro com o objetivo de fazermos frente-única mas com um programa classista que organize as mulheres de fato para combater quem legitima nossa opressão e exploração como o governo Dilma, o Estado, a Igreja e os patrões.

Neste 8 de março participaremos do ato unificado em luta política com estas concepções acima. Construiremos desde os locais de trabalho e estudo onde estamos um "bloco classista e anti-governista" para exigir um plano de luta e denunciar os movimentos atrelados ao governo e os movimentos diretamente atrelados aos patrões. Por isso também abrimos uma discussão com as companheiras do Movimento Mulheres em Luta (MML - PSTU) sobre a adaptação que significa a assinatura deste movimento que se reivindica classista e revolucionária numa declaração abstrata apresentada pela MMM sem se delimitar claramente do governo. Por isso, insistimos em nosso chamado a todas as mulheres da CSP-Conlutas a construir neste 8 de março um forte bloco classista e anti-governista levantando nossas bandeiras!

Que bandeiras devemos levar adiante?

Diante de um cenário como este é necessário lutar por um plano de luta que recoloca como centro da luta das mulheres a exigência ao direito ao aborto legal, seguro e gratuito, para que nenhuma mulher morra por decorrência de abortos clandestinos. Para isso é necessário desde já lutar por educação sexual sem intervenção religiosa em todas as escolas e por anticoncepcionais gratuitos e amplamente distribuídos. Devemos exigir um sistema de saúde integral, que garanta atendimento a todas as mulheres com suas especialidades e particularidades como as mulheres negras. Devemos também exigir a separação da Igreja do Estado e o fim do acordo Brasil-Vaticano, que busca ser mais um empecilho para a luta pelo direito aos nossos corpos. Respeitamos todas as trabalhadoras que acreditam em alguma religião, mas exigimos que os padres pedófilos tirem as mãos de nossos corpos! Basta de intervenção da Igreja em nossas vidas!

Exigimos um plano de lutas para enfrentar o enorme processo de precarização do trabalho, que dizemos que "tem rosto de mulher", em especial das mulheres negras. Para isso é necessário exigir igual salário para igual trabalho, contra a diferenciação salarial entre homens e mulheres, negros e brancos, homossexuais e heterossexuais. Exigimos o salário mínimo do DIEESE (R\$ 2.561,47) para todos. Efetivação de todos os terceirizados sem necessidade de concurso público. Ao mesmo tempo, uma forte luta para arrancar das costas das mulheres as tarefas domésticas como limpeza e alimentação, mas também o cui-

dado com os filhos, exigindo que o estado garanta creches em tempo integral, lavanderias e restaurantes comunitários. Devemos lutar pela licença maternidade de 1 ano para todas as trabalhadoras.

No que diz respeito à violência contra as mulheres devemos em primeiro lugar chamar a que todas as organizações feministas, de direitos humanos, sindicatos, organizações de esquerda e do movimento estudantil coloquem de pé uma ampla campanha contra a violência as mulheres, começando pela denúncia da violência policial. Por isso, ainda que a Lei Maria da Penha apresente passos progressistas em relação a este tema no Brasil, a utilização da polícia ou até mesmo a exigência de mais delegacias femininas (apresentada por exemplo pelo Movimento Mulheres em Luta) são totalmente contraditórios com a real luta contra a violência às mulheres, pois não será a polícia assassina a que nos protegerá. Basta de assassinatos e estupros! Exigimos do governo a criação de casas transitórias controladas pelas próprias vítimas de violência e seus filhos e filhas, com profissionais e sem a presença da polícia e da justiça burguesa. Nos locais de trabalho e nos sindicatos defendemos a criação de comissões de mulheres, independentes dos patrões, que dêem atenção aos casos de assédio sexual e trabalhista, ou de discriminação contra as trabalhadoras. Defendemos subsídios de acordo com o custo de vida para as vítimas de violência e licença remunerada para as trabalhadoras nesta situação, com acesso integral à saúde. No casos de estupro e assassinato, exigimos a prisão dos culpados, em sua grande maioria a própria polícia.

Construir um grande movimento de mulheres anti-capitalistas na luta pelos nossos direitos!

O grupo de mulheres Pão e Rosas considera que a luta contra a opressão às mulheres é necessariamente uma luta contra o sistema capitalista. Isto porque nós acreditamos que não será possível acabar com a violência, opressão e precarização enquanto persista este sistema baseado na miséria e em condições aberrantes de existência impostas à milhões de seres humanos, homens e mulheres, pelos interesses de uma minoria com sede de lucro. Por isso, a saída para esta situação não é individual. Queremos trazer a tona, sem hipocrisia como fazem as feministas alinhadas ao governo, o melhor da tradição das mulheres socialistas e revolucionárias do século XX, que lutavam firmemente em defesa das mulheres mas desde uma perspectiva de classe, a partir das idéias do marxismo revolucionário, para que desde a classe trabalhadora fosse possível organizar as mulheres na defesa de seus direitos, mas lutando ao mesmo tempo pela transformação radical da sociedade, condição única para criar as bases econômicas e sociais para o fim de toda a opressão.

Portanto, como parte desta luta contra a sociedade capitalista, consideramos fundamental colocar de pé um grande movimento de mulheres anti-capitalistas, trazendo à tona o melhor desta tradição. Neste 8 de março estaremos nas ruas gritando bem forte por estas bandeiras. Chamamos você, mulher trabalhadora, dona de casa, empregada doméstica, estudante, secundarista, terceirizada a construir conosco este movimento. Porque queremos exigir nosso direito ao pão, mas também às rosas! **Pão e Rosas!**

É preciso uma grande mobilização contra a repressão que derrote as punições de Rodas e a denúncia do Ministério Público!

Por Diana Assunção, Diretora do Sintusp e da Secretaria de Mulheres, punida pela ocupação da reitoria

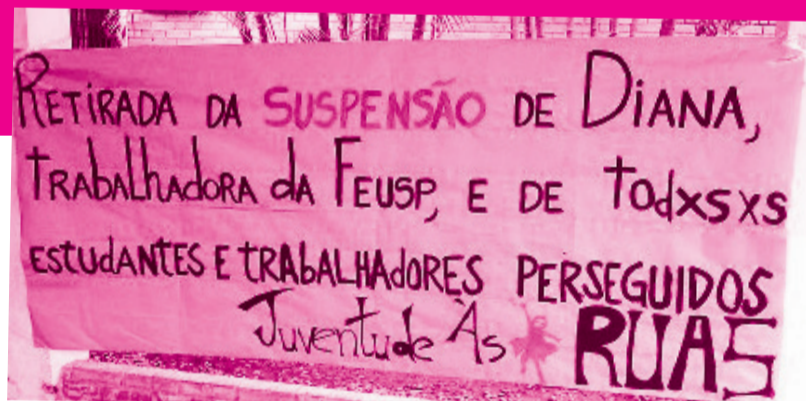
No fim de janeiro, Rodas puniu estudantes e trabalhadores que lutavam em 2011 contra a polícia militar na USP e por uma universidade verdadeiramente pública e de qualidade. As punições indicadas pelas Comissões, "abrandadas" por Rodas, foram de 5 a 15 dias de suspensões com caráter "pedagógico", mas que na realidade tem a intenção de "limpar sua cara" frente ao rechaço que conquistou entre a Comunidade Acadêmica no último ano como REitor da USP. Mas ficou claro que as penas supostamente "brandas" estavam articuladas com o governo do Estado/PSDB, que tomou à frente da repressão mais dura, pois, apenas alguns dias depois, a promotora Elliana Passarelli denunciou no Ministério Público os mesmos 72 estudantes e trabalhadores por formação de quadrilha (!) e depredação ao patrimônio público, que indica o mínimo de 8 anos de prisão. Esta denuncia absurda evidencia a divisão de tarefas entre Rodas e o MP: enquanto o REitor não suja ainda mais suas mãos com novas demissões e eliminações e tenta aparecer "como do diálogo", o MP ataca frontalmente o movimento estudantil e os trabalhadores.

Desde o início nos posicionamos: não aceitaremos nenhuma punição! Hoje, em meio ao período de suspensão, estaremos em nossos locais de trabalho e de estudo ao lado de nossos colegas durante a semana de calourada

na USP, para levar estes debates políticos de grande importância aos novos ingressantes e mostrar que não aceitam nenhum tipo de punição. Mas a repressão não pára por aí!

Isto se dá em uma época em que vários ataques à lutadores sociais vem à tona, com assassinatos de líderes do MST, ameaça de despejo ao assentamento Milton Santos, e os vários assassinatos da juventude pobre e negra que se deu no fim do ano passado, com envolvimento de policiais. Onde está o Ministério Público para apurar estas questões? Onde está a lei? Fica claro que a lei está contra os trabalhadores e a juventude que luta! São fatos que demonstram que a luta dos estudantes da USP de 2011 são não só legítimas, como atuais! É necessário massificar a luta contra a repressão na USP, organizando uma ampla frente única para fazer a campanha chegar nas dezenas de milhares que compõem a comunidade universitária. Também é fundamental a unificação com os outros movimentos sociais de fora da USP numa grande campanha nacional contra a repressão e a criminalização dos lutadores sociais!

Já se manifestaram sobre o absurdo político e jurídico desta medida os mais distintos setores de intelectuais, professores, jornalistas, juizes, trabalhadores, movimentos sindicais e de di-



reitos humanos, para além do DCE da USP, diversos Centros Acadêmicos, coletivos juvenis e partidos políticos. Isso mostra que este movimento só está começando, tende a crescer e tem todas as condições para barrar este ataque histórico que tentam perpetrar contra os estudantes e trabalhadores da USP, com o objetivo de disciplinar o movimento estudantil na USP e nacionalmente, bem como tentar calar o Sintusp, um exemplo de sindicato combativo que vem sendo sistematicamente atacado, tendo o caso mais emblemático na demissão inconstitucional de Claudionor Brandão, mas que é somente um dos vários diretores do Sintusp processados.

É necessária uma forte campanha democrática que mostre que os que lutam pelo fim da repressão dentro e fora da universidade e por uma universidade verdadeiramente pública, democrática e de qualidade não estão isolados e prepare uma grande mobilização capaz de derrotar a denúncia do MP, as suspensões de Rodas, integrar os 8 estudantes eliminados e Brandão!



"Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres."

Rosa Luxemburgo (1871-1919)

Por Aline Guerra, professora da Rede Municipal de Guarulhos e Daphne Helena, estudante de Economia da Unicamp

O objetivo deste texto é resgatar um pouco da história e do legado de Rosa Luxemburgo, uma revolucionária (filósofa e economista marxista) polonesa-alemã que se tornou conhecida por sua militância revolucionária e pelos debates que travava com líderes do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD). Participou da fundação do grupo de tendência marxista do SPD, que viria a se tornar mais tarde o Partido Comunista da Alemanha (KPD).

Vivendo em meio a um movimento internacional cuja maioria era composta de homens, Rosa Luxemburgo teve, na sua vida política, a maior expressão do combate à opressão, pois mostrou que as mulheres podiam e deviam refletir sobre teoria e política, coisa que até então nos partidos operários era feita quase que somente por homens, tornando-se a principal referência de mulher revolucionária. Seu legado de contribuições com análises sobre o processo de acumulação capitalista, bem como os embates travados na luta contra o reformismo e contra a burocracia do partido social-democrata alemão, se reatualiza diante dos fenômenos políticos que emergem mundialmente no sexto ano de crise do capitalismo.

O livro "Reforma ou Revolução?" (1900) expressa questões centrais no combate à social-democracia, onde apresenta crítica à posição de Eduard Bernstein, o qual defendia que reformas graduais por dentro do capitalismo poderiam resolver a situação de miséria do sistema. Para Rosa Luxemburgo, integrante da ala esquerda da II Internacional, a luta por reformas era apenas um meio para atingir a conquista do poder político pela classe trabalhadora. O objetivo final da vida de Luxemburgo era a revolução. Ela acentuou que reformas ininterruptas do capitalismo apenas se traduziriam em apoio permanente à burguesia, deixando para trás a possibilidade de construção de uma sociedade socialista.

Em 1914 (Primeira Guerra Mundial), Luxemburgo foi condenada à prisão por incitamento à desobediência civil, num discurso feito em setembro de 1913, onde condenou à guerra e o imperialismo, este discurso foi publicado com o título de *Militarismo, guerra e classe trabalhadora*. Em agosto do mesmo ano, a bancada social-democrata do Reichstag votou a favor

dos créditos de guerra, o que a deixou profundamente abalada, pois significou uma traição profunda ao marxismo, colocando trabalhadores contra trabalhadores a serviço das burguesias nacionais. Em dezembro, o deputado Karl Liebknecht votou sozinho contra nova concessão de créditos de guerra.

Com essa traição do Partido Social-Democrata, Liebknecht e Luxemburgo fundaram em 1915 então a *Liga Espartaquista* - em janeiro de 1919, a Liga transformou-se no KPD. Berlim estava então em greve geral foi sitiada por todo o ano. O grupo defendia que os soldados alemães abandonassem a guerra para iniciar uma revolução no país, clamava todo poder aos conselhos de operários e soldados, divulgando um chamado internacional aos proletários do mundo inteiro para a formação de conselhos operários e de soldados, seguindo os passos da Revolução Russa e levando adiante a revolução socialista mundial.

Em janeiro de 1919, Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e Wilhelm Pieck, líderes do Partido Comunista da Alemanha, são assassinados por soldados a mando do ministro social-democrata Noske.

Ao sexto ano da crise capitalista internacional que se iniciou em 2008 e diante dos levantes e mobilizações de massas que observamos acontecer por todo o mundo, guiados pela máxima de Lenin que caracteriza o *Imperialismo* (numa obra que leva este título), como uma época de "crises, guerras e revoluções", consideramos de fundamental importância recuperar as lições dos revolucionários que historicamente defenderam a aliança internacional dos trabalhadores pelo fim da exploração da sociedade de classes, que condenaram a guerra imperialista que recompõem a economia capitalista e massacra os trabalhadores e combateram o reformismo como resolução das mazelas da classe trabalhadora.

Por fim, tomamos a liberdade de usar mais uma frase impactante de Rosa Luxemburgo, que diz que: "*Quem não se movimenta, não sente as amarras que o prendem*", para convocar todas as mulheres e homens a unir-se e movimentar-se contra a exploração e a opressão deste sistema, arrebentando as amarras outorgadas historicamente a nossa classe. Avante!

Todo apoio às mulheres indianas na luta contra a violência!

Por Ravenna Sanchez, estudante de Ciências Sociais da USP

Em dezembro de 2012 dois casos de estupro tomaram grande vulto na Índia, ambos terminados em mulheres mortas pela opressão. O governo indiano proíbe que se divulgue o nome das vítimas de estupro, mas a mulher morta após ser agredida com barras de ferro e sofrido um estupro coletivo em ônibus deve seguir viva nas memórias de todas as mulheres que se colocam a tarefa de superar pela via da luta a opressão que sofrem. Assim como ela, outra jovem, essa de 19 anos, também vítima de estupro coletivo, suicidou-se após ouvir da polícia que estava provocando e que deveria se casar com um de seus estupradores.

Essas situações são historicamente comuns na Índia, que não apenas mantém um regime de castas não oficial, mas para a manutenção desse sistema segue com os casamentos arranjados dentro da mesma casta, ou seja, a base do sistema de castas indiano é a opressão à mulher, e esse sistema por sua vez é base para que a burguesia indiana, extremamente débil e retrógrada, perpetre o seu poder. Mais uma vez a elite se apóia nas costas das mulheres pobres para aprofundar o seu po-

der. Não fosse o bastante, ainda existe a questão do dote, pago pela família da noiva, o que gera alto grau de feminicídios desde a infância.

O governo tem políticas sistemáticas contra as mulheres, para mantê-las nessa situação de opressão. Desde Indira Gandhi nos anos 70 que, para o controle de natalidade, recorreu a esterilizações forçadas em massa, até os dias de hoje, quando a resposta que o governo indiano dá para a opressão é mais policiamento feminino e toque de recolher para as mulheres. Ou seja, agora colocará mulheres para dizer a outras mulheres que se casem com seus estupradores, colocará outras mulheres para reprimir as manifestações contra os estupros, pois é este o papel da polícia, independente de seu gênero, e além de presas pelo casamento arranjado as mulheres estarão presas em casa pelo próprio governo.

No entanto, a conjuntura mundial é distinta agora. Após o início da crise capitalista em 2008 a burguesia teve de garantir o pagamento de suas dívidas retirando direitos da classe trabalhadora, planos de austeridade, demissões,

ataques a leis trabalhistas... Os últimos anos foram marcados por levantes em todo o mundo contra essa ordem econômica vigente, contra ditaduras que cumpriam um papel junto ao imperialismo. E agora o povo indiano, tomando o exemplo internacional de mobilizações, se levantou contra a opressão. Os atos de milhares de pessoas contra os estupros foram a maior mobilização que a Índia havia visto nos últimos tempos, todos os atos terminaram com feridos e confrontos com a mesma polícia que oprime e estupra as mulheres que tentam denunciar sua opressão.

Essa situação apenas clarifica algumas coisas. A opressão é uma questão de manutenção de uma classe no poder, e não um conflito entre um oriente retrógrado e o progresso ocidental, pois se a burguesia tradicional indiana insiste na manutenção não tão velada de suas castas, é aliada profunda do imperialismo ocidental, que baseado na opressão de gênero e de casta paga salários miseráveis a trabalhadoras e trabalhadores de suas fábricas e de seus call centers, o maior boom de trabalho precário e pouco remunerado da última década. E a burguesia

descarrega a crise, gerada por ela mesma, nas costas desses trabalhadores e trabalhadoras. Esse processo indiano também nos ensina o papel que a polícia tem a cumprir diante das mulheres trabalhadoras e estudantes, a repressão e a opressão e que o programa correto para responder a tudo isso não se trata de mais opressores e opressoras fardados, mas de uma intervenção profunda e mobilização do movimento de trabalhadores, estudantes etc, reconhecendo que o que assassinou essas mulheres tem a mesma origem que a superexploração e a repressão que sofrem. Questionar o papel dos governos e da polícia abre para as mulheres o caminho de responderem à opressão junto a seus verdadeiros aliados: a população que se colocou nas ruas contra os estupros, os trabalhadores que recentemente entraram em 100 milhões de pessoas em uma greve geral contra esta mesma burguesia opressora que especula seu valor pela via de seu gênero e sua casta.

Por isso nós do Pão e Rosas declaramos toda a solidariedade às mulheres indianas, e por nenhuma confiança na polícia e nos governos!

Lançamento da 2ª edição do livro

A PRECARIZAÇÃO TEM ROSTO DE MULHER

Diana Assunção (org.)

Com **Diana Assunção**
diretora do Sintusp e

Silvana Ramos
"linha de frente" da luta das
trabalhadoras terceirizadas da Dima-USP

Após o lançamento, festa com
apresentações musicais, comes e bebes!

Dia 09/03, sábado às 16h

Casa Socialista Karl Marx

Pça Américo Jacomino, 49 - Vila Madalena

COLEÇÃO **ISKRA MULHER**

"A obra que tenho a honra de
apresentar vai fundo na investigação
da terceirização"

Jorge Luiz Souto Maior

"Uma rica experiência na qual as
mulheres trabalhadoras exploradas,
em sistema semi-escravo,
buscam a auto-organização"

Maria Beatriz Costa Abramides

"O livro não se restringe a demonstrar
a dura realidade da precarização,
mas nos incentiva a lutar contra ela"

Claudia Mazzei Nogueira

Acompanhe também outros lançamentos em São Paulo, Rio de Janeiro,
Belo Horizonte, Maringá, Franca, Campinas, entre outros

VENHA CONSTRUIR O PÃO E ROSAS

“ A maioria dos postos de trabalho precários são ocupados por mulheres. Nossa luta contra a precarização do trabalho é por isso também uma luta pelos direitos das mulheres trabalhadoras. Exigimos iguais direitos e iguais salários. Efetivação de todos os terceirizados! E abaixo a dupla jornada que nos escraviza! Por creches, lavanderias e restaurantes comunitários nos locais de trabalho! Temos que tomar a linha de frente dessa luta todas juntas, pois sozinha é muito difícil!”

Silvana Ramos, dirigente da luta das trabalhadoras terceirizadas da empresa Dima – USP

“ Frente aos ataques dos governos a APEOESP deveria organizar os trabalhadores na base, resgatar no professor a confiança em sua capacidade de luta e realizar esforços reais para não permitir que existam professores como os da 'categoria O'. Eles realizam o mesmo trabalho que um efetivo e não possuem os mesmos direitos. Tal situação não será revertida com a política da direção governista do sindicato. Nesse sentido, lutar em defesa da educação é LUTAR pela EFETIVAÇÃO desses professores, vale a consigna: 'IGUAL TRABALHO, IGUAL SALÁRIO E DIREITOS!'”

Adriana Paula e Gabriela Vieira Mesquita, professoras da Rede Estadual de SP na Zona Norte da Capital e da corrente Professores Pela Base

“ Dentro da universidade, o machismo se mostra presente cotidianamente, seja nas calouradas, na forma de piadas, violência e estupros. Entretanto, os casos de machismo na universidade não estão isolados de uma sociedade regida por um sistema capitalista que destina as mulheres uma jornada dupla de trabalho e os postos mais precarizados, sem terem o direito de decisão sobre o próprio corpo, fazendo com que o aborto permaneça ilegal. Frente a isso, componho a comissão de calourada do IFCH – UNICAMP, com o tema “Por um IFCH de todas as cores”, na perspectiva de combater as opressões dentro e fora da universidade, em conjunto com xs trabalhadorxs, contra a Igreja, governo e o Estado.”

Marie Castañeda, estudante do 2º ano de Ciência Sociais da UNICAMP e militante da Juventude às Ruas

“ Quanto mais avança o capitalismo, mais as mulheres se escravizam. Capitalismo não é símbolo de modernidade e sim de superexploração em prol do lucro da burguesia. Libertem-se mulheres trabalhadoras!”

Dinizete Xavier, trabalhadora do Centro de Saúde Escola Butantã - USP

“ No Metrô, a opressão as mulheres se expressa de distintas formas: desde os abusos sofridos cotidianamente pelas usuárias nos trens e estações lotadas, até os assédios sexual e moral sofridos pelas funcionárias efetivas e principalmente jovens cidadãs e terceirizadas por parte das chefias e até mesmo de alguns funcionários. A terceirização se expressa fortemente, dividindo a categoria de forma brutal, e as mulheres são as que mais sofrem com a superexploração. Para combater essa opressão, é preciso unificar as trabalhadoras efetivas e terceirizadas e as usuárias do metrô, para lutar por melhores condições de trabalho e melhores serviços no transporte público.”

Bia Michel, metróvária da corrente Metroviários pela Base

“ A reitoria da USP mais uma vez mostrou seu caráter repressor e autoritário. As penas de suspensão aos estudantes e trabalhadores pela ocupação da reitoria de 2011, supostamente “brandas” servem para marcar seus nomes e usar a reincidência para expulsar e demitir os que continuarem lutando. À justiça burguesa, coordenada com a reitoria, coube o papel de denunciá-los pelo MP por formação de quadrilha. Essas são medidas para atacar não apenas os estudantes e trabalhadores mobilizados contra Rodas e a PM, mas o próprio Sintusp, que se coloca contra o projeto de privatização e precarização do trabalho que a reitoria quer implementar, baseado na superexploração de centenas de mulheres, principalmente negras, que cumprem as piores funções para manter a Universidade de “excelência”. Lutamos contra esse projeto de universidade baseada na repressão e no trabalho precarizado!”

Letícia Parks, estudantes de Letras da USP e da Juventude às Ruas, processada pela ocupação da reitoria em 2007

“ Esse ano fui vítima de homofobia ao tentar me cadastrar como professora eventual numa escola em Santo André. Foi preciso muita luta política para garantir minha inscrição, mas nada garante que serei convocada na falta de professores. Infelizmente, a maioria de nós nem ao menos consegue concluir a escola pela homofobia cotidiana que sofremos. Para nós é dada como única alternativa de sustento a prostituição. Todos os dias sofremos com olhares, moralismo e ódio. Por isso, luto cotidianamente contra a opressão, para libertar a humanidade do capitalismo que se utiliza dessa opressão para dividir a classe trabalhadora e intensificar ainda mais sua exploração!”

Virginia Guitzel, travesti, estudante de ciências sociais e militante da Juventude às Ruas.